



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Ministério Público do Estado do Tocantins

Instituído pela Lei 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato nº 017, de 08 de março de 2016.

ANO II - EDIÇÃO Nº 314 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 03 de julho de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 448/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR, por necessidade de serviço, o Procurador-Geral de Justiça CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no período de 03 de julho a 01 de agosto de 2017, 30 (trinta) dias, férias referentes ao 1º semestre de 2017, assegurando-lhe o direito de usufruto em época oportuna, já recebido o respectivo adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de junho de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 450/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora DENISE SOARES DIAS, matrícula nº 8321108, para, em substituição, exercer o cargo de Chefe da Assessoria de Comunicação, no período de 03 a 31 de julho de 2017, durante o afastamento, por motivo de férias, da titular do cargo Alayla Milhomem Costa Ramos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 451/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 26 de junho de 2017, a Portaria 110/2017, que designou o Promotor de Justiça Substituto GUSTAVO SCHULT JÚNIOR para responder, cumulativamente, pela Promotoria de Justiça de Figueirópolis.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA

DESPACHO Nº 304/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA, para conceder-lhe 2 (dias) dias de folga nos dias 06 e 07 de julho de 2017, em compensação aos dias 17 a 21/10/2016 e 06 a 10/03/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

PROCESSO Nº: 2017.0701.00091

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de materiais de reposição para o laboratório de informática.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 322/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 100/2017, às fls. 775/777, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 054/2017, às fls. 778/780, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de materiais de reposição para o laboratório de informática, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas e das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 009/2017, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foi adjudicada a proposta da seguinte empresa licitante vencedora: R/C CARTUCHOS, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA – EPP – itens 01, 16 e 30, em conformidade com a Ata da 2ª Sessão Pública, acostada às fls. 761/763, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Proposta de Preço realinhada acostada às fls. 770/771. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 30 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

ATO CHGAB/DG Nº 014/2017

Homologa o resultado da Progressão Funcional Horizontal de servidor(es) efetivo(s) do Ministério Público do Estado do Tocantins aprovado(s) no Estágio Probatório.

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 033, de 3 de abril de 2017, tendo em

vista o disposto no art. 15 da Lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Progressão Funcional de servidor(es) efetivo(s) do Ministério Público do Estado do Tocantins nominado(s) em anexo, aprovado(s) no Estágio Probatório, progredido(s) horizontalmente para o padrão subsequente da classe, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 29 de junho de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

**ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 014/2017, DE 29 DE JUNHO DE 2017
RESULTADO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL**

MAT.	SERVIDOR	CARGO	EXERCÍCIO	ESTABILIZAÇÃO	CLASSE ANT.	CLASSE PADRÃO ATUAL
125114	Carla Sousa da Silva	Analista Ministerial	10/06/2014	10/06/2017	HA1	HA2
125514	Viviane de Andrade Franco Guedes	Analista Ministerial	24/06/2014	24/06/2017	HA1	HA2

21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

A Promotora de Justiça Zenaide Aparecida da Silva, no uso de suas atribuições, na 21ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência a qualquer interessado, do ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº. 2016.6.29.09.0129, instaurado por meio da reclamação do procedimento relativo a cobrança do uniforme escolar atribuída a direção do Colégio Estadual Dom Alano Du Noday.

Após o andamento das investigações e apontamentos feitos à Secretaria Estadual de Educação, por meio da Recomendação Notificatória n. 04/2016, foram acatadas as recomendações quanto a ilegalidade de se impedir alunos não uniformizados de terem acesso irrestrito às aulas, enquanto o fornecimento gratuito do uniforme escolar não for restabelecido.

Dessa forma, não encontrando motivos de fato e de direito para que se mantenha o procedimento, promovo o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato.

Científica, ainda, que os interessados caso queiram, possam recorrer do indeferimento, no prazo de 10 (dez) dias, a ser dirigido a esta Promotoria, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 30 de junho de 2017.

ZENAIDE APARECIDA DA SILVA
Promotora de Justiça

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, § 2º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do ARQUIVAMENTO do Procedimento Administrativo de nº 043/2006-28ªPJC (2015/4545), instaurado para apurar possíveis irregularidades consubstanciais em ausência de prestação de contas dos recursos repassados pelo Estado à Associação Cultural de Araguaína-TO. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 27 de junho de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, ambos da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, ambos da Lei nº. 7.347/85 e artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

ORIGEM: Relatos apresentados a 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades decorrente de inexistência de contratos e pagamentos pendentes por serviços prestados a Prefeitura de Colinas, durante a gestão anterior.

INVESTIGADO: José Santana Neto, ex-prefeito de Colinas do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 26 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, ambos da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, ambos da Lei nº. 7.347/85 e artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

ORIGEM: Representação por parte do Município de Colinas do Tocantins/TO.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventuais irregularidades realizados pelo ex-gestor, o Sr. José Santana Neto, referente a transferência de valores de convênio “carimbado”, impossibilitando a prestação de contas da nova gestão.

INVESTIGADO: José Santana Neto, ex-prefeito de Colinas do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 26 de junho de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GOIATINS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 12/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Goiatins/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 20170000827

FATO EM APURAÇÃO: suposta obstrução, pela Prefeitura Municipal de Goiatins, nas pessoas do Prefeito e do Secretário Municipal de Administração, do livre exercício do ofício do cidadão Sôstenis Teixeira de Oliveira

INVESTIGADOS: Prefeitura Municipal de Goiatins, Prefeito e Secretário Municipal de Administração

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Goiatins/TO, 21 de junho de 2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 14/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Goiatins/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 20170000622

FATO EM APURAÇÃO: não recebimento de vencimentos correspondentes a serviços realizados na Prefeitura do Município de Goiatins/TO

INVESTIGADOS: Antônio Luiz Pereira Silveira, prefeito de Goiatins, e José Araújo, Secretário Municipal de Administração

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Goiatins/TO, 28 de junho de 2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 17/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Goiatins/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 20170000951

FATO EM APURAÇÃO: não cumprimento de prazos em sucessos inquéritos policiais sob responsabilidade de Autoridade Policial responsável pela investigação criminal nos Municípios de Goiatins e Campos Lindos

INVESTIGADO: José Anchieta de Menezes Filho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Goiatins/TO, 29 de junho de 2017

Avenida Sousa Porto, Centro - Goiatins - TO - CEP 77.770-000 -
 Telefone: (63) 3469-1280

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ITACAJÁ

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 50/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: notícia anônima

FATO EM APURAÇÃO: suposta ausência de concurso público para provimento de cargos públicos na Prefeitura de Centenário/TO

INVESTIGADO: Prefeitura de Centenário/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO Itacajá/TO, 18 de junho de 2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 51/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Documentos emitidos pelo Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS;

FATO EM APURAÇÃO: possível desmatamento irregular, perpetrado por Jordão Noleto Bezerra junto a Fazenda Sertãozinho, Zona Rural, Itacajá/TO;

INVESTIGADO(S): Jordão Noleto Bezerra.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 52/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 E 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Decisão Proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: supostos atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de irregularidades nas contas de ordenador de despesas da Câmara Municipal de Itacajá/TO, referente ao exercício de 2013.

INVESTIGADO(S): Rinaldo Soares de Castro.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 18 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 53/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Acórdão n.º 954/2016

FATO EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário, enriquecimento ilícito e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de irregularidade nas contas de ordenador do Fundo Municipal de Saúde de Centenário/TO, referente ao exercício de 2012 tendo como responsáveis LUZINETO COSTA MATIAS (gestor à época), EDILSON ALVES FEITOSA (responsável à época pelo controle interno), JOÃO FRANCISCO DA ROCHA SOUSA (contador à época) e JOANA BATISTA DE REZENDE (presidente da comissão permanente de licitação).

INVESTIGADOS: Luzinete Costa Matias, Edilson Alves Feitosa, João Francisco da Rocha Sousa e Joana Batista de Rezende.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a

melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 54/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Extratos de Autos de Infrações nº 116709 e 116708, emitidos pelo Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS;

FATO EM APURAÇÃO: funcionamento de empreendimentos potencialmente poluidores (Lava Jato) sem licença do órgão ambiental competente – infrações ambientais perpetradas por Evanilton Dias da Silva e Paulo Costa Santana junto ao município de Itapiratinos/TO;

INVESTIGADO(S): Evanilton Dias da Silva e Paulo Costa Santana.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 55/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Reclamação realizada por Sérgio Martins de Souza Queiroz;

FATO EM APURAÇÃO: possíveis irregularidades nos serviços de esgoto prestados pelos municípios de Itacajá, Itapiratinos, Centenário e Recursolândia no que diz respeito ao percentual mínimo.

INVESTIGADO(S): Municípios da Comarca de Itacajá/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 56/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Acórdão n.º 954/2016

FATO EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário, e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de irregularidade nas contas de ordenador do Fundo Municipal de Saúde de Itacajá/TO, referente ao exercício de 2013 tendo como responsáveis LUCIANO LIMA COSTA (gestor à época), IVANETE SOUZA DOS SANTOS (responsável à época pelo controle interno) e JOADES XAVIER DE OLIVEIRA (contador à época).

INVESTIGADOS: Luciano Lima Costa, Ivanete Souza dos Santos e Joades Xavier de Oliveira

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 19 de junho de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 57/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: documentos apresentados por Raimundo Alves dos Santos.

FATO EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário, e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes do não cumprimento integral do termo de compromisso firmado entre a empresa CESTE e o Município de Itapiratins/TO, eis que não fora realizada a construção de 100 (cem) casas populares no referido município.

INVESTIGADO: Empresa CESTE e o Município de Itapiratins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 58/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Relatório emitido pelo Conselho Tutelar de Itacajá/TO.

FATO EM APURAÇÃO: possíveis negligências perpetradas pela senhora Rosângela Martins dos Anjos em face das filhas menores.

INVESTIGADO(S): Rosângela Martins dos Anjos.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 59/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 004/2011;

FATO EM APURAÇÃO: possível prática de ato de improbidade administrativa e ressarcimento ao erário decorrente de irregularidades na destinação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, perpetrados pelo ex-prefeito do município de Itacajá MANOEL DE SOUZA PINHEIRO;

INVESTIGADO: Manoel de Souza Pinheiro;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 21 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 60/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Reclamação anônima.

FATO EM APURAÇÃO: paralização da pavimentação asfáltica da TO-428 (trecho Santa Maria do Tocantins a Recursolândia/TO) por um dos proprietários rurais, qual seja o senhor Itamar Barrachini.

INVESTIGADO: A apurar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 61/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Termo de Declarações prestadas por Renato Yahe Krahô;

FATO EM APURAÇÃO: possíveis irregularidades nos atendimentos realizados pelos estabelecimentos bancários localizados no município de Itacajá/TO;

INVESTIGADO(S): Estabelecimentos Bancários localizados na cidade de Itacajá/TO;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 62/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85.

ORIGEM: Reclamação anônima.

FATO EM APURAÇÃO: irregularidades no abastecimento de água no Povoado Marajá, Município de Itacajá/TO, em decorrência da poluição do Rio Manoel Alves Pequeno, que vem recebendo dejetos do esgoto, bem como do matadouro municipal sem o devido tratamento.

INVESTIGADO(S): Município de Itacajá/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 19 de junho de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 63/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Relatório emitido pelo Conselho Tutelar de Itacajá/TO.

FATO EM APURAÇÃO: possível abandono intelectual perpetrado pelo senhor José Douglas Ascar Moraes em face do filho Wellington Rodrigues Mora.

INVESTIGADO(S): José Douglas Ascar Moraes.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 64/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Declarações apresentadas por Alonso Soares de Brito.

FATO EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário, e ofensa aos princípios da administração pública, perpetrado pelo Prefeito de Centenário/TO, Wesley da Silva Lima.

INVESTIGADO: Wesley da Silva Lima.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 65/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, II, da Lei 8.625/93:

ORIGEM: Notícia de Fato nº 132/2016

FATO EM APURAÇÃO: possíveis atos de improbidade administrativa, decorrente de possíveis irregularidades no Procedimento Licitatório nº 013/2016 na modalidade Pregão Presencial nº 010/2016 da Prefeitura Municipal de Itacajá;

INVESTIGADO: Maria Aparecida Lima Rocha Costa;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 19 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 66/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, II, da Lei 8.625/93:

ORIGEM: Termo de Declarações prestadas por Célia Cukryj Krahô, Renato Yahe Krahô e Éria Alves da Silva Krahô

FATO EM APURAÇÃO: possíveis irregularidades dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Agência de Itacajá/TO no que diz respeito aos atendimentos prioritários.

INVESTIGADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Agência de Itacajá/TO;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 20 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 67/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Reclamação realizada por Ana Paula da Rocha.

FATO EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de possíveis irregularidades no Processo de Licitação nº 003/2017 – Pregão Presencial nº 002/2017, oriundo da Prefeitura Municipal de Itacajá/TO, bem como no Processo de Licitação nº 001/2017, oriundo da Câmara Municipal de Itacajá/TO

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Itacajá/TO e Câmara Municipal de Itacajá/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 20 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 68/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85

ORIGEM: Extrato de Auto de Infração nº 549649-D, emitido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBAMA

FATO EM APURAÇÃO: funcionamento de atividade potencialmente poluente (Posto de Combustíveis) sem licença do órgão competente – infração ambiental perpetrada por Nilter R. Nunes, junto ao município de Recursolândia/TO

INVESTIGADO(S): Nilter R. Nunes

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 20 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 70/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, II, da Lei 8.625/93;

ORIGEM: Relatório emitido pelo CRAS de Recursolândia/TO

FATO EM APURAÇÃO: possível negligência perpetrada por Carluce Moura em face do filho Denilson Alves Moura;

INVESTIGADO: Carluce Moura;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 20 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 71 /2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Reclamação anônima;

FATO EM APURAÇÃO: possível prática de ato de improbidade administrativa e ressarcimento ao erário decorrente de possíveis irregularidades na locação de veículos com vultuosas despesas em desfavor dos cofres públicos do município de Itacajá/TO, no período de 2005 a 2012, perpetrados pelo ex-prefeito MANOEL DE SOUZA PINHEIRO;

INVESTIGADO: Manoel de Souza Pinheiro;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 20 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 72/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: OF 02029.001645/2013-08 TO/GABIN/IBAMA, oriundo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA;

FATO EM APURAÇÃO: possíveis infrações ambientais praticadas na comarca de Itacajá/TO;

INVESTIGADO(S): A Apurar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 20 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 73/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: notícia inqualificada, advinda do Disque Direitos Humanos – Disque 100.

FATO EM APURAÇÃO: possível situação de risco vivenciada pelas adolescentes K.B e D.B.

INVESTIGADO(S): A apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 21 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 74/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85.

ORIGEM: Denúncia Wel mail, referente à campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”.

FATO EM APURAÇÃO: possível prática de ato de improbidade administrativa, perpetrados pelo ex-prefeito do município de Itacajá/TO MANOEL DE SOUZA PINHEIRO.

INVESTIGADO: Manoel de Souza Pinheiro;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 21 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 76/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Itacajá/TO e a empresa H. W. Construtora LTDA.

FATO EM APURAÇÃO: apuração da legalidade do contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Itacajá/TO e a empresa H. W. Construtora LTDA., CNPJ 09.351.512/0001-77, tendo como objeto a construção de uma Escola de Educação Infantil do Programa Pro-Infância na cidade de Itacajá/TO, no valor de R\$ 1.198.536,45 (um milhão cento e noventa e oito mil quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), figurando como infestigado o ex-prefeito Manoel de Souza Pinheiro.

INVESTIGADO: Manoel de Souza Pinheiro.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 21 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 77/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Reclamação formulada por Rosilene da Silva Lima, Edmilson Tavares de Aquino, Ivaldo Carvalho dos Santos e Valcimar Bastos da Silva;

FATO EM APURAÇÃO: possível prática de ato de improbidade administrativa e ressarcimento ao erário decorrente de possíveis irregularidades nas locações de imóveis das repartições municipais, distribuição de casas populares para familiares e nepotismo, perpetrados pelo ex-prefeito do município de Recursolândia ANTÔNIO TAVARES DE SALES;

INVESTIGADO: Antônio Tavares de Sales;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 21 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 78/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Decreto nº 390/2011, de 09/05/2011;

FATO EM APURAÇÃO: apuração da legalidade do Decreto nº 390/2011, de 09/05/2011, que declarou estado de calamidade pública no setor hospitalar do serviço municipal de saúde de Itacajá/TO;

INVESTIGADO: A apurar;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 21 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 79/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Termo de Declarações prestadas por Naina Araújo Soares;

FATO EM APURAÇÃO: possível situação de risco do adolescente H.S.R.

INVESTIGADO(S): A apurar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 26 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 80/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá/TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: declarações de Gilvane Pereira dos Santos Pinheiro.

FATO EM APURAÇÃO: apurar a ineficiência na solução da demanda relativa ao não funcionamento por completo dos aparelhos de climatização, da Escola Municipal Tancredo Neves, localizada em Itacajá/TO.

INVESTIGADO: A apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 27 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 83/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85.

ORIGEM: Reclamação anônima - e-doc (protocolo nº 07010148157201611);

FATO EM APURAÇÃO: possível dano ambiental, em decorrência da perfuração de poço artesiano, com jorro contínuo de vazamentos junto a Fazenda Veados, Zona Rural de Itacajá/TO, de propriedade do senhor Marcelino Soares.

INVESTIGADO(S): Marcelino Soares.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 28 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 85/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Termo de Audiência, oriundo da Ação de Investigação Eleitoral autos nº 498-21.2012.6.27.0033.

FATO EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário, e ofensa aos princípios da administração pública, perpetrado pelo Ex-Prefeito de Recursolândia/TO, Francisco Alves da Silva.

INVESTIGADO: Francisco Alves da Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 28 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 86/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Ofício Circular nº 012/2016/CAOPIJ/MPE-TO.

FATO EM APURAÇÃO: promover a célere adoção das medidas tendentes a solucionar o problema relativo à falta de previsão de Práticas Restaurativas, no Plano Municipal de Medias Socioeducativas na Comarca de Itacajá/TO.

INVESTIGADO(S): Prefeitos e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios de Centenário/TO, Itapiratins/TO, Itacajá/TO e Recursolândia/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 29 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 87/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85.

ORIGEM: Reclamação realizada por Adriana Pinheiro Rodrigues.

FATO EM APURAÇÃO: possível dano ambiental, em decorrência de irregularidades no poço artesiano jorrante localizado no Setor Bela Vista, Itapiratins/TO, perfurado pela Agência Tocantinense de Saneamento – ATS.

INVESTIGADO(S): Agência Tocantinense de Saneamento – ATS.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 29 de junho de 2017.

Av. Presidente Dutra, 785 - Itacajá-TO - CEP 77.720-000. Fone/
Fax: (63) 3439.1782



QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione

 (63) 3216-7598
(63) 3216-7575

 www.mpto.mp.br

 ouvidoria@mpto.mp.br